O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VII | Volume 22 | Nº 64 | Boa Vista | 2025

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.15492064

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

NÚCLEO INTEGRADO DE ATENDIMENTO À MULHER: UM ESTUDO DE AVALIABILIDADE

Ana Carolina Litran Andrade[1]

André Nunes[2]

Elaine Nolasco Ribeiro[3]

Marta Cristina Gomes Faria Patrão[4]

Mauro Eduardo Del Grossi[5]

Resumo

O presente estudo de avaliabilidade objetiva apresentar a organização do Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher (Nuiam) da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher da Polícia Civil do Distrito Federal (Deam I/PCDF), no período de 2021 a 2023. Para tanto, foi elaborada uma pré-matriz do modelo lógico a partir da análise documental e da experiência no projeto, a qual foi complementada com os achados do questionário aplicado para o mapeamento das percepções de policiais e colaboradores integrantes. Os dados foram apurados pelo software SPSS, com realização do teste T para amostras independentes. A pré-matriz complementada foi validada em oficina de consenso com a participação dos stakeholders, cuja abordagem foi descritiva de forma a registrar as colocações realizadas. O estudo evidenciou que é necessário criar ferramentas para apurar os resultados e impactos do programa, uma vez que foi constatada uma construção lógica entre insumos e produtos. Ademais, é necessária a ampliação de parcerias para atender às demandas apresentadas pelas mulheres; capacitações; e a formulação de diretrizes metodológicas acerca da violência doméstica. Ressalta-se a premência de implementar o acompanhamento de seguimento das mulheres acolhidas, possibilitando a compreensão aprofundada sobre suas expectativas, desafios e necessidades, auxiliando assim a redefinição dos fluxos de atendimento, encaminhamentos, atualização de documentos e avaliação sobre os impactos dos núcleos. O estudo proporcionou um maior acesso às informações, promovendo a transparência e o controle social. Os resultados indicam que a colaboração ativa entre atores públicos e privados pode contribuir significativamente para o aprimoramento dos serviços prestados pela PCDF.

Palavras-chave: Atendimento em Rede; Avaliação de Programas; Estudo de Avaliabilidade; Violência Doméstica.

Abstract

This evaluability assessment aims to present the organization of the Integrated Center for Women's Care (Nuiam) of the Special Police Station for Women's Services of the Civil Police of the Federal District (Deam I/PCDF), in the period from 2021 to 2023. To this end, a pre-matrix of the logical model was prepared from the documentary analysis and the experience in the project, which was complemented with the findings of the questionnaire applied to map the perceptions of police officers and their collaborators. The data were calculated using the SPSS software, with the T-test for independent samples. The complemented pre-matrix was validated in a consensus workshop with the participation of stakeholders, whose approach was descriptive in order to record the placements made. The study showed that it is necessary to create tools to determine the results and impacts of the program, since a logical construction between inputs and products was found. In addition, it is necessary to expand partnerships to meet the demands presented by women; Training; and the formulation of methodological guidelines on domestic violence. The urgency of implementing the follow-up of the sheltered women is highlighted, enabling an in-depth understanding of their expectations, challenges and needs, thus helping to redefine the flows of care, referrals, updating of documents and evaluation of the impacts of the centers. The study provided greater access to information, promoting transparency and social control. The results indicate that active collaboration between public and private actors can contribute significantly to the improvement of the services provided by the PCDF.

Keywords: Domestic Violence; Evaluability Assessment; Networked Care; Program Evaluation.

[1] Delegada da Polícia Civil do Distrito Federal. Mestre em Gestão Pública. E-mail: ana.andrade@pcdf.df.gov.br

[2] Professor da Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Economia. E-mail: andrenunes@unb.br

[3] Professora da Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Biotecnologia Industrial. E-mail: enolasco.unb@gmail.com

[4] Pesquisadora da Universidade de Aveiro. Doutora em Ciências da Saúde. E-mail: marta.patrao@ua.pt

[5] Professor da Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Ciência Econômica. E-mail: delgrossi@unb.br

INTRODUÇÃO

O enfrentamento à violência doméstica é um desafio complexo que tem ensejado discussões de estratégias para a diminuição de casos de registro de ocorrência. Esse debate é algo recente na Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) e foi impulsionado pelos crescentes números de crimes regidos pela Lei Maria da Penha e feminicídios. Mesmo diante da interoperabilidade entre os sistemas policial e judicial para pronto encaminhamento de medidas protetivas de urgência e existência de protocolos de atendimentos, é fato que a mulher em situação de violência ainda permanece desassistida no percurso entre o registro policial e o encerramento do processo penal.

Como estratégia para potencializar o acolhimento das mulheres em situação de violência doméstica que procuram as delegacias e as ações de proteção a serem aplicadas de forma articulada para auxiliar no rompimento do ciclo da violência, a PCDF instituiu em 2020 os Núcleos Integrados de Atendimento à Mulher (Nuiams). Os Nuiams têm por escopo promover o registro da ocorrência policial, disponibilizar orientação jurídica, psicológica e de assistência social a partir de acordos de cooperação técnica realizados com instituições da sociedade civil, objetivando acolher a mulher, dar conhecimento quanto aos direitos previstos na Lei Maria da Penha, bem como promover encaminhamentos às demandas apresentadas.

O fundamento que justifica essa pesquisa reside em analisar como o programa funciona, quais os produtos são entregues às mulheres que procuraram a delegacia, bem como inserir a avaliação de programas com a participação da sociedade civil no contexto da polícia civil. Em que pese existirem desde 2020, até o momento não foi elaborado um protocolo para o funcionamento do Nuiam, inexistindo, dessa forma, um direcionamento de como devem ocorrer os agendamentos, os atendimentos, os encaminhamentos para a rede de apoio, entre outras questões relacionadas ao fluxo de atuação dos núcleos.

Diante desse contexto, a presente pesquisa busca responder em que medida o Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher da Deam I/PCDF está estruturado para realização de uma avaliação, de forma a identificar as dimensões, recursos, atividades, produtos e resultados do núcleo. Por se tratar de uma iniciativa recente da PCDF, os Nuiams encontram-se em consolidação de práticas e processos, o que justifica a realização do estudo de avaliabilidade como fase preparatória a ser desenvolvida a partir do modelo lógico, método de gestão por resultados e medição de desempenho.

O objetivo geral que norteou a pesquisa foi investigar a avaliabilidade do Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher (Nuiam), da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam) I, da Polícia Civil do DF. Para alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos objetivos específicos, quais sejam: mapear as percepções e as atitudes dos profissionais da Deam I (policiais, colaboradores e gestores) para

as atividades de gestão, acolhimento e atuação em rede de atendimento, com vistas à complementação do modelo lógico com os componentes essenciais para a avaliação do Nuiam/Deam I (dimensões, atividades, recursos disponíveis para alcançar os objetivos, produtos e resultados do programa); validar o modelo lógico do com as equipes policiais e colaboradoras; e analisar se o Nuiam/Deam I pode ser avaliado segundo o modelo lógico elaborado.

Para o desenvolvimento do estudo foi confeccionada uma pré-matriz com os elementos do modelo lógico elaborada a partir da participação da pesquisadora no núcleo. Após, foi aplicado um questionário na Deam I para mapear as percepções e as atitudes dos profissionais da para as atividades desenvolvidas no Nuiam. Em seguida, na fase qualitativa, a pré-matriz foi integrada com os achados da primeira fase da pesquisa e apresentada em oficina de consenso para validação pelos participantes do projeto.

Para o levantamento do referencial teórico, foi realizada pesquisa bibliográfica sistemática na base de dados ProQuest, como primeiro nível de análise, por artigos publicados nos últimos dez anos, revisados pelos pares utilizando os seguintes critérios de pesquisa: “violência contra mulheres” OR “violência doméstica” AND rede. Chegou-se a um total de 529 artigos, entre os quais foram selecionados 27 artigos, a partir da leitura do título, resumo e palavras-chave.

Em seguida, foi realizada pesquisa assistemática, tendo como ponto de partida indicações de textos referentes à violência de gênero, ao modelo lógico e ao estudo de avaliabilidade. A partir desses artigos, também foram extraídas outras referências, compondo assim os textos utilizados no referencial teórico. O referencial teórico começa revisando a literatura acerca do atendimento policial em casos de violência doméstica, o seu impacto no acolhimento da mulher que busca ajuda e a relação com a rede de atendimento. Após, o debate evolui para a análise de avaliabilidade do NUIAM e o desafio em estabelecer os resultados quando se tem por objetivo romper com o ciclo da violência.

Por fim, o artigo está estruturado em três seções, sendo a primeira o referencial teórico-conceitual acerca do atendimento policial da violência doméstica, rede de atendimento e estudo de avaliabilidade. Na sequência é apresentada a metodologia, trazendo considerações sobre a construção da matriz lógica. Logo após, parte para os resultados e discussão do trabalho com a apresentação da matriz final e achados da pesquisa. Por fim, são trazidas as conclusões e referências.

REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

A violência de gênero pode ser compreendida como o uso de força física e ameaças de forma a provocar sofrimento psicológico, físico, sexual ou moral com vistas a coagir, humilhar, castigar, submeter ou punir pessoas baseadas na condição socialmente percebida de sexo, desejo e corpo, em

meio a uma relação de poderes (PUGA, 2019). Na epistemologia feminista, gênero constitui uma categoria de análise socialmente construída que se contrapõe ao binarismo masculino/feminino (VEIGA; PEDRO, 2019), o que amplia consideravelmente o escopo da violência de gênero. A violência doméstica, por sua vez, pode ser considerada uma subespécie, que impõe as mesmas ações, porém praticadas no contexto afetivo e/ou familiar e historicamente mais cometida pelos homens contra as mulheres.

Ao classificar a violência como doméstica, o Estado a restringiu à esfera privada, enfatizando sua origem nas relações interpessoais de um casal, supostamente sem considerar as interferências de estruturas mais amplas de poder e dominação masculina em sociedades patriarcais. Essa tipificação pode limitar a compreensão da violência doméstica, tornando-a apenas um problema jurídico ou psiquiátrico. No entanto, a violência doméstica deve ser reconhecida como um fenômeno complexo, político e de interesse público (SAL, 2001) e, portanto, um fenômeno multifatorial, que afeta a sociedade, está presente em todos os níveis sociais e que exige abordagens interdisciplinares para seu enfrentamento (NOVO-CORTI; VARELA-CANDAMIO; CIDONCHA-GÓMEZ, 2017).

Percebe-se, dessa forma, que o gênero – e sua gama de estruturas – pauta a ação humana e, consequentemente, organiza a vida social, estruturando as atividades em geral. A perspectiva de gênero deve estar presente em todas as etapas que norteiam a implantação e gestão de um projeto ou programa de política pública, uma vez que é constitutiva desses elementos (KÜCHEMANN; BANDEIRA; ALMEIDA, 2015). Nesse sentido, os movimentos feministas e de mulheres ao final dos anos 1960 e início dos anos 1970 foram responsáveis por revelar “que a condição de sexo é fator estruturante dos processos de percepção, ação e explicação da realidade social” (KÜCHEMANN; BANDEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 66), pressionando o Estado brasileiro pela formulação de políticas para as mulheres.

As Delegacias de Atendimento à Mulher (Deams) foram criadas como parte da rede de enfrentamento ao fenômeno da violência doméstica no Brasil. Sua implementação reconheceu a responsabilidade do Estado sobre a questão e buscou constituir uma estratégia para o atendimento de demandas das mulheres em situação de violência e suporte para saída desse ciclo (SOUZA; CORTES, 2014).

Nesse cenário, a procura por justiça, proteção e ajuda institucional para solução das demandas apresentadas são necessidades que levam uma mulher a realizar a denúncia em uma Deam. A comunicação entre os profissionais da delegacia e a mulher que busca ajuda é frequentemente falha, resultando em desencontros entre a demanda desta e a priorizada pelo olhar profissional, que tende a focar na persecução criminal. Sobre a atuação em rede dos profissionais integrantes da justiça e da

segurança pública, a literatura (BECKER-VIEIRA *et al.*, 2013) aponta críticas como o despreparo no que tange ao reconhecimento da violência, ao respectivo acolhimento e ao encaminhamento. Ademais, o reforço de estereótipos pelos próprios agentes públicos que deveriam acolher as mulheres, revitimitiza e torna invisível outros elementos da violência, que reforçam a manutenção das relações abusivas.

A formação jurídica dos policiais corrobora a abordagem técnica e rígida da lei. Como resultado, os profissionais interpretam os fatos narrados e, consequentemente, atribuem o que consideram verdade ou informação relevante para o registro (LORENZO; LINS, 2018). Não à toa, alerta-se que esse atendimento se restringe a ter um boletim de ocorrência em uma das mãos e uma medida protetiva na outra, sem que além dessas medidas existam políticas efetivas de proteção e condições reais de abandonar a situação de violência (PASINATO, 2015).

Outra crítica presente no atendimento policial refere-se às diferentes expectativas que as mulheres têm do trabalho a ser entregue pela polícia, visto que algumas querem apenas conversar e não têm intenção de processar o ofensor (LORENZO; LINS, 2018), ponto que entra em conflito com a prática policial, voltada às questões tipicamente criminais, gerando um sentimento na mulher de desestímulo e descaso da polícia ao mesmo tempo de resistência e preconceito por parte de policiais.

Ademais, aponta-se no atendimento policial a presença do discurso de conservação da família, baseado em valores patriarcais que delegam a violência ao âmbito privado e naturalizam a relação assimétrica de poder (TAVARES, 2015), o que opera mecanismos concretos que reproduzem desigualdades, em especial inviabilizando o acesso à justiça e a outros direitos cuja porta da unidade policial, como visto, permanece sendo o principal acesso. Tal reprodução, dessa maneira, ganha força e se renova na permanência da lógica familista, que delega à mulher a manutenção do vínculo familiar, a conciliação do conflito e, em última análise, sua permanência na situação de violência (BANDEIRA, 2014).

A demora no encaminhamento psicossocial e a falta de preparo para identificar diferentes modalidades de violência prejudicam o direcionamento das demandas apresentadas pela mulher na delegacia (TAVARES, 2015). Dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* chamam atenção para a dificuldade no reconhecimento da violência psicológica pelas forças policiais, forma de violência conceituada na Lei Maria da Penha desde 2006 e transformada em crime a partir de agosto de 2021. No levantamento realizado quanto ao cometimento desse delito, foi identificado um número absoluto de 10.922 casos no Brasil em 2021 e 24.382 em 2022, com taxas de 19,8% e 35,6% por 100 mil mulheres respectivamente, sendo que sete estados não tinham essa informação disponível ou consideram o fenômeno inexistente (BUENO; LIMA, 2023).

Como visto, a literatura aponta críticas ao atendimento policial da mulher em situação de violência doméstica (BECKER-VIEIRA *et al.*, 2013; VIEIRA; HASSE, 2017; SOARES; LOPES, 2018; LORENZO; LINS, 2018; PASINATO, 2015; SANTOS, 2008; TAVARES, 2015; SANI; MORAIS, 2015; ALBUQUERQUE NETTO *et al.*, 2017). O debate que se mostra atual para a gestão de estratégias institucionais da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) é que as respostas tradicionais no âmbito da persecução criminal não são suficientes às demandas oriundas da violência doméstica, tanto que o número de medidas protetivas distribuídas ao Judiciário no Distrito Federal teve um aumento de 5,8% entre 2021 e 2022, saltando de 14.394 para 15.336, assim como um acréscimo expressivo de 18,5% no deferimento dessa proteção, que saiu de 11.064 para 13.202 no mesmo período (BUENO; LIMA, 2023).

Apesar dessas informações denotarem que o eixo segurança-justiça tem funcionado na prática, tal atendimento não tem sido suficiente para efetivamente proteger e retirar as mulheres da situação de violência. Ademais, sem capacitação continuada não é possível romper com a resistência dos policiais quanto ao atendimento da violência de gênero.

É fato que a atuação policial, isoladamente, é insuficiente para o atendimento eficaz deste problema complexo e multidimensional da violência doméstica. É essencial uma abordagem em rede de maneira a promover a compreensão das necessidades e dificuldades que vão além dos episódios de violência e que remetem à falta de acesso a direitos básicos (PASINATO, 2015).

A rede de atendimento à violência doméstica

Além das críticas ao atendimento à mulher em situação de violência nas delegacias, outras fragilidades da rede são apontadas pela literatura, tais como a ausência de rotinas estabelecidas (VIEIRA; HASSE, 2017), o número de serviços especializados, o fluxo entre eles, as deficiências estruturais dos serviços existentes, como composição, tamanho e especialização da equipe de profissionais (PASINATO, 2015).

Da mesma forma, a literatura indica que, ainda que a especialização em violência doméstica seja uma vertente na rede, com grandes investimentos por parte das equipes de atendimento, esta se restringe à valorização do aprendizado prático, conhecimento técnico e específico de cada setor, não abordando de maneira eficiente o aprendizado teórico, conceitual e metodológico sobre gênero e suas especificidades (PASINATO, 2015), mostrando-se necessária a capacitação a partir dessa perspectiva (SANTOS, 2008). Deriva-se dessa realidade a falta de compreensão dos profissionais e gestores quanto a essa violência, situação que impõe dificuldades às rotinas e práticas institucionais ao não questionar

posturas pessoais baseadas em crenças e valores que não reconhecem a gravidade da violência doméstica (PASINATO, 2015).

Não à toa, aponta-se que a percepção dos agentes estatais quanto às questões da violência doméstica depende ou é vinculada às práticas e ideologias das diretrizes emanadas pelos órgãos aos quais se vinculam e, portanto, estas influenciam a constituição e a abordagem da rede de atendimento às mulheres em situação de violência. Por conseguinte, muitos policiais lotados nas Deams não se identificam como parte integrante da rede (SANTOS, 2008) e sequer conhecem as possibilidades de encaminhamento fora das áreas jurídica e da segurança pública, tornando o trabalho realizado pela polícia ineficiente (SOUZA; SANTANA; MARTINS, 2018).

Igualmente, afirma-se que a reunião de vários serviços em um só local não é hábil por si só para garantir um atendimento integral, visto que visões estereotipadas dos profissionais da rede impedem o acolhimento, a individualização de cada caso e, consequentemente, encaminhamentos para atender às necessidades reais dessas mulheres (VIEIRA; HASSE, 2017).

Aproveitar a oportunidade para realizar o encaminhamento de mulheres para os diversos serviços da rede é tido como um importante aspecto no enfrentamento a violência doméstica. Para que tal construção possa ser realizada, é salutar conhecer qual o percurso que uma mulher que se encontra nessa situação deve percorrer, em especial conhecer as lacunas e fragilidades dos serviços, mas também suas potencialidades e conexões (BARAGATTI *et al.*, 2018).

Como tentativa de avançar nessas questões, Pasinato (2015) aponta que deve ser trabalhada uma nova concepção de organização de serviços e atendimentos, que incorpore etapas a serem cumpridas e que levem em consideração não somente demandas imediatas, mas o histórico dessa violência, as dúvidas e incertezas que se apresentem no percurso de busca por ajuda. Dessa maneira, a existência de um grupo articulador, que inclua tanto os gestores como os responsáveis pela execução das atividades, é fundamental para garantir a continuidade dos trabalhos e a sustentabilidade das respostas institucionais (PASINATO, 2015).

Outro ponto relevante apresentado como essencial para a composição da rede é a intersetorialidade, ou seja, a existência de um fluxo de documentos e pessoas entre os setores envolvidos, bem como entre os responsáveis por encaminhar as respostas para as demandas apresentadas e que devem passar pelo processo de execução, monitoramento e avaliação permanentes (PASINATO, 2015).

Para que seja possível a consolidação de projetos da rede, é preciso que ela seja interdisciplinar e institucionalizada por intermédio de parcerias e acordos, além de possuir a extensão que a complexidade

das demandas de violência doméstica pressupõe. Deve também superar a abordagem assistencialista e apresentar estratégias para o reconhecimento da mulher como sujeito de direitos (PASINATO, 2015).

Consoante essa diretriz, a rede de enfrentamento seria compreendida como um "arranjo institucional e intersetorial para formular, programar e implantar ações, programas, serviços e políticas para o combate, prevenção, assistência e garantia de direitos" (PASINATO, 2015, p. 540). Dessa forma, a interligação entre esses serviços em rede representa a atuação articulada de profissionais e instituições, a ampliação e melhoria da qualidade do atendimento, a identificação e o encaminhamento adequado dessas mulheres (SOUZA; SANTANA; MARTINS, 2018), o que é escopo da Lei Maria da Penha.

No Distrito Federal, a Rede de Proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar foi formalizada em 2021 com vistas ao estabelecimento das diretrizes e a execução de ações para implementação de políticas públicas, bem como da rede de enfrentamento articulado com os órgãos integrantes. As delegadas-chefes das Deams I e II representam a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) no comitê da rede distrital, bem como em reuniões, grupos de trabalho, projetos pilotos envolvendo a temática e, portanto, são consideradas unidades de atendimento especializado em situações de violência contra a mulher.

Atualmente, existem cinco Nuiams em funcionamento na PCDF nas regiões de Vicente Pires (38ª Delegacia de Polícia), Paranoá (6ª DP), Asa Sul (Deam I), Núcleo Bandeirante (11ª DP) e Riacho Fundo (29ª DP). Praticamente todos, com exceção da Deam I que opera de segunda à sexta, funcionam de uma a duas vezes por semana mediante apoio dos parceiros, tais como a Associação Brasileira de Advogados (ABA), o Centro Universitário de Brasília (UniCeub), a Cruz Vermelha Brasileira – Distrito Federal, o Centro Universitário Unieuro, Centro Universitário Icesp (Unicesp), entre outros, que realizam acolhimento multidisciplinar nas áreas jurídica e psicossocial nas delegacias.

Estudo de avaliabilidade

O estudo de avaliabilidade consiste numa ação preparatória que apura as questões que podem impedir uma avaliação completa (WATTS; WASHINGTON, 2016; MESERVE; MENSAH, 2025) e identifica práticas que possam ser institucionalizadas (SANTOS, 2015) de maneira a propor a constante qualificação do atendimento prestado (SANI; COELHO; MANITA, 2018). Ademais, é uma estratégia que pode ser realizada com recursos limitados e ainda assim ser valiosa no desenvolvimento e conhecimento sobre o Nuiam, além de propiciar a responsabilização das pessoas envolvidas no processo (THURSTON; RAMALIU, 2005; UNICEF, 2022).

Nessa perspectiva, o estudo de avaliabilidade consiste num primeiro passo para a avaliação de programas, o qual permite subsidiar a decisão de gestores da área e corrigir ou reforçar rotas antes dos impactos previstos (ROCHA; UCHOA, 2013; UNICEF, 2022). Outrossim, é uma ferramenta participativa de empoderamento comunitário capaz de mudar práticas sociais, desde que considerada relevante pelas partes interessadas de maneira que as necessidades evidenciadas possam efetivamente redirecionar o programa avaliado, demonstrando dessa forma que se trata de uma política de reconhecimento dos múltiplos interesses existentes (THURSTON; POTVIN, 2003; UNICEF, 2022).

Inicialmente projetada por Wholey como atividade de pré-avaliação em 1970 (MESERVE; MENSAH, 2025), o estudo de avaliabilidade é ampliado na década de 1980 por Rutman no sentido de perquirir se um programa estaria pronto para avaliação e quais seriam as questões impeditivas, bem como para analisar a possibilidade de uma efetiva avaliação. Em 1989, Smith enfatiza a necessidade de envolver o stakeholders no estudo de avaliabilidade e, no início dos anos 2000, Thurston e Potvin propõem uma avaliação contínua, levando em consideração sete etapas (BARATIERI *et al.*, 2019).

Assim, o estudo de avaliabilidade representa um conjunto de procedimentos para a descrição completa do programa, as questões-chave principais e as partes interessadas, sendo necessário delimitar o programa e identificar objetivos e atividades que o compõem, os insumos, os impactos pretendidos e as ligações causais presumidas, além de levantar documentos relacionados ao projeto. É considerada uma estratégia de avaliação que utiliza o modelo lógico como metodologia sistemática, que impulsiona a organização à aprendizagem (THURSTON; RAMALIU, 2005; UNICEF, 2022; EASTERLING, 2023; ROBERTSON; GOTTSCHALK e WHEELER, 2024) e ao estabelecimento de novas lideranças (LEMOS; LUIZA, 2023).

Tal abordagem sistemática visa conhecer a lógica do programa e a teoria do programa, ou seja, as premissas teóricas ou como determinadas ações conduzem a determinados resultados para os beneficiários de um programa (THURSTON; POTVIN, 2003; UNICEF, 2022; EASTERLING, 2023). A pré-avaliação é ferramenta que aprimora conhecimento sobre a temática, envolve os interessados, clareia metas que devem ser alcançadas, elabora, testa e refina uma teoria de mudança pactuada entre os envolvidos (BARATIERI; NATAL; HARTZ, 2020, MESERVE; MENSAH, 2025; EASTERLING, 2023). Ainda é descrita como avaliação que auxilia na descrição dos procedimentos de análise dos dados de forma a garantir sua validade e confiabilidade além de reconhecimento acadêmico (BARATIERI *et al.*, 2019).

O estudo de avaliabilidade tem sido utilizado em estudos exploratórios cuja metodologia prevê a construção de matriz com dimensões, critérios e indicadores por intermédio do modelo lógico, o qual possibilita organizar os recursos e ações componentes do programa de maneira integrada aos resultados

esperados pelos participantes (MESERVE; MENSAH, 2025; EASTERLING, 2023), em especial de forma a incorporar os direitos das mulheres nas abordagens e processos da avaliação (UN WOMEN, 2015).

Nessa sistemática, os objetivos e resultados a serem levantados precisam ser claros e plausíveis, assim como as metas devem ser específicas, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e limitadas no tempo (THURSTON; RAMALIU, 2005; THURSTON; POTVIN, 2003). Ademais, o estudo de avaliabilidade melhora o conhecimento dos stakeholders, verifica se o programa é útil (BARATIERI *et al.*, 2019) e fornece informações para quem não participa diretamente do projeto (MCLAUGHLIN; JORDAN, 2010; EASTERLING, 2023).

Certamente, o estudo de avaliabilidade apresenta limitações, como a disponibilidade de dados sobre os programas avaliados, a inexistência de um formato único de avaliação nesse modelo , a ausência de informações sobre a concepção e funcionamento do programa (WATTS; WASHINGTON, 2016), a complexidade de combinar a motivação e perspectivas dos diversos atores que participam da análise (MESERVE; MENSAH, 2025) de forma a evidenciar conflitos de interesses e vieses no estudo (BARATIERI *et al.*, 2019), o alcance de todas as realidades envolvidas no projeto (BARATIERI; NATAL; HARTZ, 2020), mudanças na equipe gestora, dificuldades de engajamento de stakeholders (OLIVEIRA *et al.*, 2023) e a representação esquemática das causas do problema (SILVA *et al.*, 2012; ROBERTSON; GOTTSCHALK e WHEELER, 2024). Por fim, importante ressaltar como limitação do estudo de avaliabilidade, em especial na temática de políticas sociais, a exclusão do processo de avaliação do público destinatário da política pública, no caso em estudo, das mulheres atendidas pelo Nuiam (EASTERLING, 2023).

Entretanto, ainda assim é apontado como modelo de avaliação que, ao propiciar a participação dos principais interessados na construção e validação do projeto, possibilita a melhor compreensão e execução dos elementos principais da política (LEMOS; LUÍZA, 2023; EASTERLING, 2023), bem como promove a responsabilização pela igualdade, pelos direitos humanos e pelo compromisso de empoderamento das mulheres (UN WOMEN, 2015).

METODOLOGIA

O presente trabalho buscou entender como o Nuiam funciona e se está pronto para uma avaliação, bem como quais soluções a PCDF ofereceu às mulheres em situação de violência doméstica, em especial as que foram atendidas pelo núcleo da Deam I. A metodologia desenvolvida foi adaptada de Thurston e Ramaliu (2005), que está assente nos seguintes elementos: i) análise dos documentos que

versam sobre o projeto; ii) construção e sistematização do modelo lógico com a indicação de dimensões, recursos, ações, produtos, resultados e fatores de contexto; iii) estabelecimento de consenso com os stakeholders sobre os elementos do modelo lógico; iv) desenvolvimento de um modelo avaliável; e v) consenso para prosseguir com a avaliação, ainda que apenas formativa.

A construção da pré-matriz do modelo lógico foi realizada a partir da leitura de documentos referentes ao Nuiam, como folders e a Portaria nº 35, de 3 de abril de 2020, bem como da participação da pesquisadora no núcleo, uma vez que foi responsável por implementar e acompanhar o desenvolvido das ações do projeto, e de estudos da literatura (TEMITOPE, 2023; AROMATICA, ARIANY e ALIFYA; 2024; MESERVE; MENSAH, 2025; MERLE *et al.*; FRANCIS, *et al.*, 2025; EASTERLING, 2023; ROBERTSON; GOTTSCHALK e WHEELER, 2024; BARATIERI; NATAL; HARTZ, 2020; LEMOS; LUÍZA, 2023; OLIVEIRA *et al.*, 2023;; UN WOMEN, 2015; ROCHA; UCHOA, 2013; SILVA *et al.*, 2012; MCLAUGHLIN; JORDAN, 2010; CASSIOLATO; GUERESI, 2010; THURSTON; RAMALIU, 2005; THURSTON; POTVIN, 2003).

O modelo lógico constitui um modelo sistemático para descrever a relação lógica causal na qual se verifica se a entrada de recursos específicos (inputs) em certas atividades (processos) irá produzir os resultados descritos no projeto (MCLAUGHLIN; JORDAN, 2010; FRANCIS, *et al.*, 2025). O método de pesquisa utilizado foi o misto, o qual adota uma perspectiva filosófica pragmática por oferecer uma visão abrangente de um problema complexo ao combinar a análise estatística com a profundidade das narrativas, rompendo, dessa forma, com as abordagens tradicionais (ARAMIDE; JACOB; PILLAY, 2023).

Para coletar os dados foram utilizados: um questionário aplicado aos participantes do núcleo da Deam I e uma oficina de consenso para validação da pré-matriz mencionada (MERLE *et al.*), fases nas quais participaram policiais, mas também colaboradores da sociedade civil, os quais indicaram falhas e soluções para o programa (SAPKOTA, *et al*., 2024).

O questionário foi elaborado a partir dos levantamentos realizados na literatura, em especial de apontamentos realizados por Pasinato (2015), Santos (2015) e UN Women (2015) e de exemplos de estudos exploratórios (BARATIERI *et al.*, 2019; SILVA *et al.*, 2012; BARATIERI; NATAL e HARTZ, 2020; LEMOS e LUIZA, 2023; OLIVEIRA; GONTIJO; SCHNEIDER e SAMICO, 2023; e ROCHA E UCHOA, 2013), chegando-se às três dimensões do programa, que foram delimitadas para a construção da pré-matriz do modelo lógico: gestão, acolhimento e atuação em rede.

A primeira dimensão, *gestão*, no contexto do Nuiam, pode ser compreendida como a coordenação de pessoas e de processos de forma articulada com a gerência do núcleo e colaboradores,

de forma a promover a sustentabilidade do projeto, dos encaminhamentos e das respostas institucionais, bem como promover o reconhecimento quanto à gravidade da violência doméstica.

A segunda dimensão, *acolhimento*, consiste na escuta das demandas das mulheres sem juízos de valor que possam as discriminar ou as revitimizar, de modo a compreender suas necessidades, o histórico de violência, assim como orientar as ações a serem tomadas de forma a permitir que ela se reconheça como sujeito de direitos.

A terceira dimensão, *atuação em rede*, pode ser compreendida como o modo de agir dos profissionais, que representa o arranjo institucional e intersetorial para a implantação de ações às demandas apresentadas, com o fim de combater, prevenir, prestar assistência e garantir direitos à mulher que busca a delegacia.

O questionário autoaplicável pelo Google Forms foi distribuído pelo WhatsApp aos 52 integrantes e foi composto por duas partes: uma voltada para a caracterização dos participantes e a segunda, com 13 questões fechadas, cujas afirmações foram dispostas de forma a manter correlação com as dimensões construídas a partir da literatura utilizada como referencial teórico. Foi realizado um pré-teste com seis profissionais que não fizeram parte da amostra a fim de verificar a compreensão e a adequação do instrumento. Em seguida, foram feitos os ajustes necessários antes do início da coleta de dados.

A dimensão acolhimento foi representada pelas perguntas: 1) Os profissionais (policiais, colaboradores e gestores) do Nuiam/Deam I possuem compreensão quanto à violência de gênero e sua transversalidade, ou seja, quanto à adoção de "estratégias que levem em consideração as diferenças e desigualdades que caracterizam as experiências de homens e mulheres na sociedade" (PASINATO, 2015, p. 536); 2) Você identifica facilidades nas rotinas e práticas do Nuiam/Deam I decorrentes de posturas pessoais baseadas em crenças e valores que reconhecem a gravidade da violência contra as mulheres? e 5) As dúvidas e incertezas apresentadas pelas mulheres que buscam ajuda no Nuiam/Deam I são ouvidas e levadas em consideração para o encaminhamento das demandas apresentadas?

Por sua vez, a dimensão atuação em rede foi levantada a partir das perguntas: 3) Os policiais lotados na Deam I se identificam como parte integrante da rede de enfrentamento à violência?; 4) Os policiais lotados na Deam I conhecem as possibilidades de encaminhamento fora das áreas jurídica e da segurança pública?; 6) O Nuiam/Deam I emprega estratégias nos atendimentos de forma a propiciar que a mulher se veja como sujeito de direitos frente às desigualdades existentes nas experiências sociais?; 11) O programa Nuiam apoia direitos das mulheres?; 12) O Nuiam melhora a compreensão acerca da violência doméstica e promove direitos reivindicados pelas mulheres? e 13) O Nuiam promove progresso em termos de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres?.

Por fim, a dimensão gestão foi representada pelas perguntas: 7) Você identifica a existência de um grupo articulador no Nuiam/Deam I que se envolve na continuidade dos trabalhos, na sustentabilidade das respostas institucionais e que inclua tanto gestores como os responsáveis pela execução das atividades?; 8) Você identifica intersetorialidade na rede promovida pelo Nuiam/Deam I, ou seja, a existência de fluxo de documentos e pessoas entre os setores envolvidos e responsáveis por encaminhar as respostas para as demandas apresentadas pelas mulheres?; 9) O atendimento em rede proporcionado pelo Nuiam/Deam I é institucionalizado e interdisciplinar de forma a atender toda a extensão que a complexidade que as demandas de violência doméstica apresentam? e 10) Os fatores de desigualdade de gênero e as necessidades das mulheres estão claras e explicitamente identificadas nos documentos do programa Nuiam?

Os itens foram elaborados no modelo de questionário fechado, com afirmações para mensurar a opinião dos participantes de acordo com a escala Likert, com valores de cinco a um, conforme mais se aproximavam da concepção de organização de serviços e atendimentos trazidos pela literatura, assim descritos (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013): concordo totalmente, concordo parcialmente, nem concordo nem discordo, discordo parcialmente e discordo totalmente. Outrossim, foram criados códigos para o tipo de lotação do servidor, se expediente (1) ou plantão (2) ou ainda para os colaborares, visto tal informação não se aplicava (3). Da mesma forma, atribuíram-se números aos participantes da PCDF (1) e das entidades parceiras (2).

As respostas do questionário foram tabuladas no Excel e apuradas por intermédio do software SPSS, com realização do teste T para amostras independentes a fim de verificar se as percepções e atitudes de policiais e colaboradores (variável independente) diferiam entre si de maneira significante em relação a suas médias para cada pergunta (variável dependente) realizada. Buscou-se apurar a média, visto que tanto a mediana quanto a moda não evidenciaram as diferenças de opinião.

Os achados integraram a pré-matriz e foram submetidos à oficina de consenso que contou com a participação de onze profissionais, sendo um homem e dez mulheres dos quais cinco eram policiais, dentre eles a gestora local do projeto e a coordenadora geral dos núcleos; e seis colaboradores, sendo uma do UniCeub, uma da Unieuro, uma do Unicesp e três da Cruz Vermelha/ABA. Os participantes receberam um folder do Nuiam com as informações do projeto e infográficos com os dados obtidos por meio do questionário e as estatísticas produzidas pelo núcleo. O objetivo da oficina foi permitir consideração dos aspectos técnicos, éticos, políticos (SAPKOTA, *et al*., 2024) de forma a identificar percepções coletivas (MESERVE; MENSAH, 2025). A abordagem realizada na pesquisa qualitativa foi descritiva de forma a registrar as colocações realizadas (AROMATICA, ARIANY e ALIFYA; 2024).

Inicialmente foi realizada uma reflexão acerca da árvore do problema (SAPKOTA, *et al*., 2024), em seguida os participantes foram convidados a acessar a ferramenta Mentimeter pelo celular e responder às perguntas que identificam os objetivos, público-alvo, beneficiários, recursos necessários para alcançar os objetivos e resultados do Nuiam, além das atividades, os resultados a curto, médio e longo prazo do programa e os fatores de contexto que podem afetar o desempenho do Nuiam. Registre-se que as respostas foram apresentadas de forma *on-line* e os participantes puderam acompanhar todas as contribuições (EASTERLING, 2023). Ato contínuo, a pré-matriz do Nuiam foi apresentada aos participantes que validaram as proposições e acrescentaram outras apontadas pelo grupo.

A oficina de consenso possibilitou uma abordagem de avaliação estratégica, partindo de premissas de como o programa funciona. Em seguida foi conduzido um debate aberto por intermédio de diálogo com os participantes do programa, que puderam expressar opiniões, argumentos e sugestões para validação da matriz final (SAPKOTA, *et al*., 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Construção da árvore do problema e da pré-matriz

A análise iniciou-se com a construção da árvore do problema, a qual tem por objetivo compreender o problema central, quais suas causas e consequências, de forma que as ações do programa avaliado interfiram nas causas críticas. Também é o passo inicial para identificar o objetivo geral que irá promover a mudança do problema no qual se quer interferir, além de evidenciar o público-alvo da política. Ao analisar o problema, é preciso identificar os descritores que quantificam os fatos e evidenciam seus sintomas de maneira a tornar possível a aferição dos impactos do programa (SAPKOTA, *et al*., 2024; CASSIOLATO; GUERESI, 2010).

A partir da Portaria n.º 35/2020 (PCDF, 2020), podem ser estabelecidas as referências básicas do programa Nuiam que indicam como o núcleo funciona (MESERVE; MENSAH, 2025). Nesse sentido, o Nuiam se volta à proposição de ações necessárias ao enfrentamento da violência doméstica no Distrito Federal. O fenômeno da violência doméstica tem causa complexa e multifatorial (PASINATO, 2015; LISBOA; ZUCCO, 2022; ALBUQUERQUE NETTO *et al.*, 2017; SOUZA; SILVA, 2019; SANTOS, 2015; SANI; COELHO; MANITA, 2018; BARAGATTI *et al.*, 2018), iniciando-se no universo familiar por meio de relações hierárquicas (BANDEIRA, 2014) em que a violência física, moral, patrimonial, psicológica e sexual são elementos integrantes dos processos de socialização comumente impostos às mulheres pelos homens e dos quais derivam atos e sentimentos de controle e dependência

(MONTSERRAT, 2000), resultando em alto número de ocorrências e casos de feminicídio (SOUZA *et al.*, 2023).

Como descritor do problema, especificamente para este estudo, temos que pelo menos 1.748 mulheres compareceram à Deam I/PCDF para o registro de ocorrência de violência doméstica entre março e dezembro de 2021, época em que o projeto foi iniciado na unidade. Em 2022, 2.229 mulheres procuraram esse serviço; e em 2023, foram 2.555, tais dados foram retirados do Painel Polaris Ocorrência PCDF, considerando a Deam I como unidade de registro, a data do registro, e a Lei Maria da Penha como natureza. A pesquisa foi realizada entre 15 e 22 de abril de 2024.

O público-alvo principal do projeto Nuiam é formado por mulheres em situação de violência doméstica que compareceram à Deam I, no período de 2021 e 2023, em busca de informação e apoio da PCDF. Entende-se, portanto, que o Nuiam deve contribuir para a prestação de um serviço policial mais humanizado e acolhedor à mulher, a qual muitas vezes se dirige à delegacia sem condições emocionais para relacionar os fatos de violência vivenciados. A existência de um serviço multidisciplinar à disposição da mulher e dos policiais que realizam o atendimento pode auxiliar na identificação de demandas e no registro da ocorrência (SOUZA *et al.*, 2023).

Ainda que haja resistência no âmbito policial no tocante ao atendimento da violência doméstica, além das mulheres, é fato que policiais e colaboradores podem ser beneficiados pelo programa (SOUZA *et al.*, 2023; EASTERLING, 2023). A experiência adquirida pelos parceiros – muitos deles estagiários – na vivência de uma unidade policial contribui para a aquisição de novos conhecimentos, habilidades e atitudes para a prática da profissão escolhida, além de entrarem em contato com as dinâmicas sociais evidenciadas nas ocorrências. Para os policiais, o atendimento da mulher pelo Nuiam ajuda na organização de ideias para o registro policial, bem como auxilia no acolhimento técnico psicossocial e jurídico, além da troca de vivências com os colaboradores das diversas instituições que compõem o núcleo.

O objetivo geral do Nuiam é voltado para o registro da ocorrência policial, em conjunto com o atendimento jurídico, psicológico e de assistência social para acolher a mulher e lhe dar conhecimento quanto aos direitos previstos na Lei Maria da Penha. Como objetivo específico, o Nuiam busca promover encaminhamentos às demandas identificadas de forma a romper com a reiteração da violência.

Após a identificação da árvore do problema, seguiu-se à construção de uma pré-matriz do modelo lógico do programa Nuiam a partir das seguintes perguntas (EASTERLING, 2023): Quais componentes representam o Nuiam? Que atividades são necessárias para o funcionamento do Nuiam? Quais os recursos disponíveis e necessários para alcançar os objetivos e resultados do Nuiam? Que resultados podem ser alcançados a curto, médio e longo prazos?

Destarte, buscou-se identificar os recursos humanos e financeiros, parcerias e demais insumos necessários para que o programa funcione, bem como as etapas e ações essenciais de forma que as atividades desenvolvidas representem o que o programa faz. Foram identificados os *outputs*, que correspondem aos produtos, bens e serviços oferecidos aos participantes e compõem os resultados, ou seja, o que o programa produz. Em seguida, evidenciou-se os resultados em curto e médio prazos, bem como os impactos a longo prazo, decorrentes dos benefícios angariados pelos resultados intermediários (ROBERTSON; GOTTSCHALK e WHEELER, 2024). Por fim, os fatores de contexto, que podem influenciar positiva ou negativamente os resultados do Nuiam (MCLAUGHLIN; JORDAN, 2010), foram inicialmente obtidos a partir da literatura e, ao final, complementados por informações do questionário aplicado na Deam I e da oficina de validação da matriz.

Por conseguinte, para o funcionamento do Nuiam, entre os recursos necessários, é preciso que existam colaboradores que integrem o núcleo por intermédio de acordos de cooperação técnica para realizar o acolhimento e a orientação técnica nas áreas supramencionadas, assim como policiais para coordenar a agenda e as atividades desenvolvidas. Fundamental também é a existência de espaço acolhedor e reservado para recepcionar as mulheres que comparecem à delegacia, bem como brinquedoteca. Nesse ponto, embora o Nuiam seja um programa sem previsão de reserva orçamentária, é preciso a existência de móveis adequados para a brinquedoteca, além de aparelhos celulares funcionais à disposição do núcleo.

Entre as atividades a serem desenvolvidas nas dimensões acolhimento e atuação em rede, os policiais da Deam I devem apresentar o trabalho desenvolvido pelo Nuiam às mulheres, incentivar o registro de ocorrência policial e a solicitação de medidas protetivas. Ademais, estes analisam a necessidade de busca de pertences na residência da assistida, bem como o risco existente, para eventual encaminhamento à casa abrigo ou entidade de acolhimento, o que também decorre da troca de informações entre policiais e parceiros. Outrossim, os policiais devem realizar o agendamento no núcleo, gerenciar o comparecimento e encaminhamento das demandas identificadas pelo atendimento multidisciplinar, bem como eventuais faltas e ajustes na agenda do Nuiam. Cabe também aos policiais realizar a busca ativa de mulheres em situação de violência, ação essencial para o bom desempenho do programa.

No tocante à gestão do núcleo, é preciso coordenar pessoas, processos e fluxos, observando os protocolos institucionais. Cabe à gestão coordenar o oferecimento dos serviços pelos policiais, realizar os despachos de encaminhamento e acompanhar os ofícios à rede. São ainda atividades de gestão: a identificação dos parceiros, entrega e recolhimento de crachás, bem como a orientação dos colaboradores quanto aos procedimentos, ao preenchimento do questionário de atendimento e ao sigilo

das informações de forma a garantir o funcionamento do núcleo. São de responsabilidade da gestão a manutenção da equipe e o sentimento de pertencimento ao projeto, a gestão coletiva do núcleo em conjunto com as coordenações das entidades da sociedade civil, assim como garantir o encaminhamento das demandas apresentadas pelas mulheres atendidas, que se configuram como produtos dessa dimensão.

Como produtos das dimensões acolhimento e atuação em rede, podem ser extraídos os registros policiais com pedidos de medidas protetivas e formulários de risco encaminhados ao Judiciário. O Nuiam auxilia no atendimento do plantão policial, em especial quando as mulheres estão indecisas ou em sofrimento. A partir da escuta técnica qualificada, a mulher sai informada e orientada quanto a seus direitos para a tomada decisão. Também compõem os produtos o atendimento pela rede parceira, que envolve: Defensoria Pública, Provid/PMDF, Pró-Vítima, Ceam, Caps AD e Programa Viva-Flor de monitoramento pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) do DF.

Como resultados de curto prazo, espera-se que haja o aumento do número de registros e medidas protetivas, que indique maior encorajamento, proteção e orientação das mulheres atendidas pelo núcleo, com encaminhamentos mais assertivos e satisfação da usuária, garantia de acesso à rede de atendimento, melhora da qualidade dos serviços prestados pela PCDF, ampliação do compromisso das instituições integrantes e distanciamento da situação de violência. Destarte, vislumbra-se a produção de estatística para acompanhamento do núcleo, o aprendizado prático por parte dos parceiros e a troca de experiências entre policiais e colaboradores, além da demanda por novos Nuiams.

Como resultados intermediários do programa, apontam-se o atendimento das demandas apresentadas pelas mulheres e maior conhecimento por estas dos direitos previstos na Lei Maria da Penha, o aumento do nível de informação das mulheres que passam pelo Nuiam, tanto acerca da percepção da violência quanto da existência da rede de atendimento, e a implementação de uma política de monitoramento do programa dentro do planejamento estratégico institucional.

Como impactos do programa Nuiam, espera-se a promoção da cultura e da valorização do atendimento à violência doméstica de forma integrada na PCDF, além da ampliação da rede de parceiros, com maior participação das entidades da sociedade civil nas atividades policiais. Busca-se também atingir o principal objetivo do Nuiam, que é contribuir para o rompimento do ciclo da violência doméstica e a diminuição dos chamados de urgência para o 190. Entende-se, portanto, que essa matriz conceitua quais são as ações necessárias para o enfrentamento da violência doméstica no âmbito policial, este articulado com a rede.

A literatura aponta como fatores que podem influenciar no atendimento os processos pessoais, os sentimentos e as representações sociais das mulheres que buscam ajuda. Ao decidir denunciar a

violência, essas mulheres iniciam uma rota crítica influenciada também pela presença ou ausência de apoio, recursos materiais, aumento da violência e a repercussão da denúncia sobre os filhos ou outros familiares, razões que podem inibir ou interromper a busca por soluções (MONTSERRAT, 2000; MCLAUGHLIN; JORDAN, 2010).

A disponibilidade e a qualidade dos serviços oferecidos, bem como atitudes e comportamentos dos servidores e parceiros são também fatores determinantes na decisão de iniciar, permanecer ou interromper esse caminho em busca de ajuda (MONTSERRAT, 2000). Nesse sentido, a comunicação deficiente entre a mulher e os policiais ou entre esta e os colaboradores, assim como o despreparo para reconhecer a violência e os respectivos estereótipos, a escuta focada apenas em aspectos jurídicos e a presença do discurso de preservação da família são fatores apontados pela literatura que podem impactar de igual modo os resultados do atendimento (BECKER-VIEIRA *et al.*, 2013; VIEIRA; HASSE, 2017; SOARES; LOPES, 2018; LORENZO; LINS, 2018; PASINATO, 2015; SANTOS, 2008; TAVARES, 2015; SANI; MORAIS, 2015; ALBUQUERQUE NETTO *et al.*, 2017).

Mapeamento das percepções e atitudes dos profissionais da Deam I

A primeira fase da pesquisa consistiu numa etapa diagnóstica para verificar o grau de conhecimento dos participantes acerca da organização e do funcionamento do núcleo; do fenômeno da violência, com identificação de eventuais estereótipos de gênero ou valores conservadores que vitimizam as mulheres; e da atuação do Nuiam com a rede. A partir desse cenário, foi complementada a pré-matriz lógica do projeto, que também proporcionou uma avaliação formativa dos participantes (BARATIERI; NATAL; HARTZ, 2020; SAPKOTA, *et al*., 2024).

Participaram da primeira fase 52 pessoas, das quais 85% se identificaram com o gênero feminino. Os participantes apresentaram uma distribuição etária equilibrada: 35% de participantes entre 20 e 30 anos; 27% entre 31 e 40 anos; 27% entre 41 e 50 anos e 10% acima de 51 anos. Questionados quanto ao tempo de profissão, 23% declararam possuir até 1 ano e 11 meses de profissão; 25% possuíam entre 2 e 10 anos de atuação; 21% possuíam entre 11 e 20 anos; 11 % possuíam entre 21 e 30 anos; e apenas 2% possuíam mais de 31 anos de profissão. Ainda 10% não preencheram o campo e 8% eram estudantes. Essa diversidade de idades e tempo de profissão sugere a presença de profissionais com diferentes níveis de experiência no atendimento às mulheres.

Em relação ao quanto tempo de trabalho no Nuiam/Deam I, as respostas apontaram, dada a recentidade do Nuiam, que 36,5% tinham até um semestre; 11,5% entre 7 meses e um ano; 19% entre 13 meses e dois anos; 31% entre 25 meses e 3 anos e meio e 2% não informaram.

Quanto à lotação, 19% (10) pertenciam ao plantão, 23% (12) dos respondentes trabalhavam no expediente e para 58% (30) participantes a pergunta não era aplicável. Destes, 8% pertenciam à UNICESP; 23% à Unieuro; 8% à Cruz Vermelha/ABA e 19% ao Uniceub.

Para analisar os resultados, foram separadas as respostas dos integrantes da PCDF e dos colaboradores. Após, os dados foram lançados no SPSS e foi realizado exame de teste *t* de amostras independentes para estudo da distribuição entre os dois grupos por diferença de médias para cada uma das perguntas realizadas.

Inicialmente, foi analisado como policiais e colaboradores responderam às questões do formulário. Ao analisar as respostas, os policiais avaliaram o Nuiam de forma mais positiva que os colaboradores. A pergunta 4 - conhecimento quanto os diversos encaminhamentos possíveis - foi a que apresentou maior diferença entre as médias de opinião de policiais (4,59) e colaboradores (3,83). Esta diferença sugere que os policiais percebem o atendimento do núcleo de forma mais eficaz que os demais integrantes da equipe.

O desvio-padrão mediu o grau de consenso entre os participantes. Assim, quanto menor o desvio-padrão, mais homogêneas as respostas, quanto maior o desvio, mais dispersos são os dados (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). A PCDF apresentou menor variabilidade em comparação com os colaboradores, sugerindo que há mais consenso nas respostas dos policiais, à exceção da pergunta 2 – identificação de que posturas pessoais podem comprometer o atendimento - que apresentou o maior desvio-padrão.

Ao analisar as respostas, verifica-se que as perguntas 1 (compreensão acerca da transversalidade da violência), 2, 4, 7 (existência de um grupo articulador), 8 (intersetorialidade do Nuiam), 9 (atendimento institucionalizado e interdisciplinar), 10 (identificação das necessidades das mulheres nos documentos do núcleo) respondidas pelos colaboradores tiveram uma diferença mais acentuada entre as opiniões para o mesmo quesito. A pergunta 7 e 9 foram as que apresentaram maior desvio-padrão entre colaboradores. Policiais apresentaram maior convergência de respostas para as perguntas 3 (policiais se identificam como parte da rede), 6 (existência de estratégias que propiciem que a mulher se veja como sujeito de direitos), 11 (o Nuiam apoia o direito das mulheres), 12 (promove direitos) e 13 (promove progresso em termos de igualdade de gênero).

O erro-padrão da média indica a confiabilidade ou a precisão da média estimada (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Dessa forma, o erro-padrão para as respostas da PCDF variou entre 0,045 e 0,201, enquanto as respostas dos colaboradores apontaram maior erro, variando entre 0,074 e 0,264, refletindo maior incerteza na estimativa das médias, especialmente para as perguntas 7 e 9. As perguntas 11 e 12 presentaram médias altas e baixos desvios-padrão para ambos os grupos, especialmente no caso de policiais da PCDF, sugerindo que há um consenso positivo entre os participantes nesses quesitos.

No teste *t* examina-se a diferença entre os dois grupos, de forma que a hipótese 1 propõe que os grupos diferem de forma significante entre si, e a hipótese nula, que os grupos não diferem de maneira significante. Dessa forma, considera-se H1: a média de avaliação do Nuiam feita pelos policiais é significativamente diferente da média da avaliação feita pelos colaboradores; Ho: a média de avaliação do Nuiam por policiais e colaboradores é igual.

Para avaliar se as variações nas respostas dos policiais e colaboradores eram diferentes, aplicou-se o teste de Levene. Os resultados indicam homogeneidade para muitos temas, mas percepções diferentes sobre determinados aspetos do funcionamento no Nuiam.

A partir dos resultados obtidos quanto à variância, a coluna do teste *t* aponta que apenas a pergunta 4 apresenta diferença significante entre os grupos no tocante à média obtida para as respostas do questionário. Para as demais perguntas, temos que o valor (*sig*) é maior que 0,05, admitindo-se a hipótese Ho, em que a média de avaliação do Nuiam por policiais e colaboradores é igual.

Por fim, buscou-se apurar a média para as respostas dos colaboradores e policiais por dimensão da matriz proposta. Na pergunta 1 se os profissionais do Nuiam/Deam I possuíam compreensão quanto à violência de gênero e sua transversalidade, a média geral foi de 4,23. Tal percepção é essencial para entender a violência contra a mulher como um fenômeno ligado às questões de gênero, possibilitando um atendimento livre de preconceitos (VIEIRA; HASSE, 2017) para o qual é importante capacitar policiais e colaboradores para perceber os processos de opressão e os mecanismos concretos que introduzem e reproduzem as desigualdades de gênero (BANDEIRA, 2014), ponto a ser fortalecido pela Coordenação dos Nuiams (Diam).

Na segunda pergunta, quanto à identificação de facilidades nas rotinas e práticas do Nuiam/Deam I decorrentes de posturas pessoais baseadas em crenças e valores que reconhecem a gravidade da violência contra as mulheres, a média obtida foi de 4,07, sendo a segunda menor média apurada tanto entre colaboradores (4,03) quanto entre policiais (4,13).

Dessarte, a visão dos participantes da rede quanto às abordagens sobre violência doméstica deve ser trabalhada sob a perspectiva interseccional de gênero, raça/cor, classe social e orientação sexual. Esse quadro pode ser transformado a partir do diálogo com as demais organizações governamentais e não governamentais (SANTOS, 2015), em especial as coordenações dos cursos universitários que integram o Nuiam e que podem contribuir para essa mudança de perspectiva.

Nesse ponto, a proximidade dos parceiros com a Diam e os policiais que compõem o projeto possui o condão de contribuir para o aprendizado teórico, conceitual e metodológico sobre a violência contra as mulheres e suas especificidades, além de figurar como uma assistência compartilhada entre as

instituições, tanto para a construção consensual do núcleo quanto para firmar um entendimento ideológico acerca da violência doméstica (AGUIAR; D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2020).

Também foi questionado se os fatores de desigualdade de gênero e as necessidades das mulheres estavam claras e explicitamente identificadas nos documentos do programa Nuiam. As respostas a essa pergunta obtiveram a média de 4,36, denotando que existem melhorias a serem promovidas a fim de que os documentos reflitam o entendimento ideológico do projeto.

No questionamento sobre se os policiais lotados na Deam I se identificam como parte integrante da rede de enfrentamento à violência, a média geral obtida foi de 4,59 para os grupos. Esse resultado indica uma atuação flexível e ampla, que não se restringe à função circunscrita e isolada de repressão policial (SANI; MORAIS, 2015), denotando que o Nuiam possui fluxos e rotinas estabelecidas que se inserem na rede de atendimento.

Embora a equipe da Deam I compreenda sua participação na rede, é preciso avançar no preparo e conhecimento quanto à extensão desta e suas atribuições. Como visto, a quarta pergunta, sobre se os policiais conhecem as possibilidades de encaminhamento fora das áreas jurídica e da segurança pública, obteve uma média de 4,15, permitindo inferir que é preciso aprimorar o conhecimento das equipes, especialmente quanto às outras instituições que compõem a rede.

Questionados sobre se as dúvidas e incertezas apresentadas pelas mulheres que buscam ajuda no Nuiam/Deam I são ouvidas e levadas em consideração para o encaminhamento das demandas apresentadas, a média apurada foi de 4,67. Aparentemente o acolhimento promovido pelo NUIAM apresenta compreensão e respeito às situações vivenciadas pelas mulheres de forma a favorecer o relato dos fatos sem impor limites à narrativa, o que confere empoderamento e fortalecimento para sair de uma relação permeada pela violência.

Os participantes ainda foram questionados se o Nuiam/Deam I emprega estratégias nos atendimentos de forma a propiciar que a mulher se veja como sujeito de direitos diante das desigualdades existentes nas experiências sociais. A média apurada foi de 4,57 a indicar que ampliação de serviços disponíveis às demandas apresentadas pelas mulheres deve ser acompanhada de efetividade e qualidade dessa assistência, a fim de possibilitar modelos mais democráticos e garantidores dos direitos das mulheres (AGUIAR; D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2020). O acompanhamento de seguimento, ainda inexistente, é essencial para compreender se as necessidades apresentadas geraram encaminhamentos que resultaram em soluções dos problemas postos pelas mulheres atendidas.

Perguntados quanto à identificação de um grupo articulador no Nuiam/Deam I que se envolve na continuidade dos trabalhos, na sustentabilidade das respostas institucionais e que inclua tanto gestores como os responsáveis pela execução das atividades, as respostas apontam a média de 4,27. Já quanto à

identificação de intersetorialidade na rede promovida pelo Nuiam/Deam I, ou seja, a existência de fluxo de documentos e pessoas entre os setores envolvidos e responsáveis por encaminhar as respostas para as demandas apresentadas pelas mulheres, policiais e colaboradores chegaram à média de 4,33.

Em ambos os aspectos, a impossibilidade estrutural de executar ações que vão além das atribuições procedimentais da PCDF pode impedir que o Nuiam estabeleça relações intersetoriais suficientemente conectadas a ponto de criar articulações contínuas entre as instituições que compõem a rede (COUTO, *et al.*, 2018). Desse modo, é premente que a Diam integre o Comitê Distrital de enfrentamento à violência no DF com esse intuito e represente o elo entre a rede e a PCDF, fomentando a concretização dos fluxos, o fortalecimento dos vínculos entre as instituições e, consequentemente, dos núcleos.

Questionados sobre se o atendimento em rede proporcionado pelo Nuiam/Deam I é institucionalizado e interdisciplinar de forma a atender toda a extensão que a complexidade que as demandas de violência doméstica apresentam, policiais e colaboradores chegaram à média 4,05 para o item, portanto a menor de todo o questionário. Compreende-se que, embora o eixo segurança-justiça funcione de modo integrado, tais medidas não são suficientes para abarcar todas as demandas, e outros tipos de encaminhamento devem ser levados a efeito pelo Nuiam, o que exige a necessidade de maior conhecimento de outras parcerias pelos policiais.

As questões com maior média entre colaboradores e policiais foram os questionamentos sobre se o programa Nuiam apoia direitos das mulheres (4,86) e se o Nuiam melhora capacidades e direitos reivindicados pelas mulheres (4,78). Ademais, questionados se o Nuiam promove progresso em termos de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, o grupo chegou à média de 4,57, reconhecendo assim, de modo geral, que o núcleo é capaz de fortalecer a autonomia das assistidas (BANDEIRA, 2014) para tomada de decisão acerca da violência vivenciada.

A média final de avaliação para as dimensões acolhimento (4,32), atuação em rede (4,59) e gestão (4,25) foram positivas. Porém, importante clarear as notas que externam percepções negativas relacionadas ao Nuiam e que poderiam ficar obscuras na avaliação da média, assim como questões não respondidas. Nesse sentido, além das percepções já lançadas acerca das perguntas 4, 7 e 9, que apresentaram maior divergência significativa, e a 2, com a segunda menor média geral, a pergunta 1 também chama atenção, demonstrando que alguns respondentes entenderam que o conceito quanto à violência de gênero e sua transversalidade não é bem compreendido entre os integrantes do Nuiam/Deam I.

De todo exposto, depreende-se que a fase quantitativa indicou apontamentos relacionados às três dimensões. A menor média ficou para a dimensão *gestão*, seguida da dimensão *acolhimento* e por fim

da dimensão *atuação em rede.* Em que pese os pontos negativos, o Nuiam foi, em média, bem avaliado por policiais e colaboradores, em especial quanto ao reconhecimento do Nuiam como um programa que apoia o direito das mulheres, melhora a compreensão acerca da violência e promove direitos reivindicados por elas, auxiliando, dessa forma, na construção de novas possibilidades para lidar com as situações de violência e de estratégias de enfrentamento que as ajudem a sair de um relacionamento abusivo (SOUZA; SILVA, 2019).

Compreende-se, portanto, que os pontos positivos reforçam os resultados intermediários indicados na pré-matriz, e os pontos negativos, como o desconhecimento quanto às outras possibilidades de encaminhamento, a falta de compreensão quanto à violência de gênero, posturas pessoais que expressam crenças e valores que não reconhecem a gravidade da violência doméstica, a falta de interdisciplinariedade para atendimento das demandas apresentadas pelas mulheres e soluções de continuidade do projeto interagem diretamente com os fatores de contexto trazidos pela literatura (FRANCIS, *et al.*, 2025).

Avaliação participativa: oficina de consenso

Na segunda fase da pesquisa foi realizada a oficina com a participação de policiais da Deam I e colaboradores (EASTERLING, 2023). Na dinâmica realizada acerca da árvore do problema (SAPKOTA, *et al.*, 2024), os participantes acrescentaram que a complexidade da violência doméstica é o problema enfrentado pelo Nuiam, cujas causas são múltiplas, como questões estruturais e culturais relacionadas ao machismo, a naturalização da violência doméstica, a resolução dos conflitos por meio da violência, além da falta de suporte e conhecimento acerca da violência pelas mulheres. Como consequência, indicaram que o registro de ocorrência policial não basta para retirar a mulher da situação de risco.

Vários apontamentos trazidos pelos participantes já constavam na pré-matriz. Assim, compreendeu-se que, além das mulheres, policiais e colaboradores, já indicados como beneficiários do programa, foram acrescidos os familiares, em especial filhos, e a sociedade.

Indicou-se o principal objetivo do Nuiam: o registro de ocorrência em conjunto com o atendimento multidisciplinar, em especial de forma a romper com o caso agudo de violência, além de oferecer suporte e ferramentas para que a mulher compreenda que está em situação de risco e entenda as propostas de solução para as demandas que possui. Salientou-se que nem toda mulher está pronta para coibir a violência por intermédio do registro policial, visto que muitas precisam de suporte e orientação e, dessa forma, o acolhimento psicológico na unidade humaniza o atendimento policial.

Frisou-se a importância de policiais capacitados entre os recursos necessários para o alcance dos objetivos do Nuiam, assim como a importância do nivelamento dos colaboradores no início de cada semestre, especialmente estagiários e novos parceiros, acerca da rede de atendimento, o papel da polícia nesse processo e da necessidade de que os encaminhamentos sejam assertivos.

Nas atividades desenvolvidas, além das já pontuadas na pré-matriz, ressaltou-se que a inserção da mulher na rede de atendimento é premente, mesmo em casos em que a assistida possui advogado ou psicólogo particular, público majoritário atendido pelo Nuiam/Deam I, uma vez que esse acolhimento é mais amplo e protetivo que o acompanhamento jurídico e psicossocial. A mulher inserida na rede encontra outras na mesma situação, tem a chance de trocar experiências, de estar inserida em espaços em que se fala sobre a violência doméstica, permitindo, portanto, maior reconhecimento e compreensão acerca da própria vivência e proteção por estar próxima à rede, figurando como um importante instrumento de fortalecimento e de criação de estratégias de enfrentamento à violência (HOEPERS; TOMANIK, 2019). Esse ponto levantado demonstrou que os serviços oferecidos pelo Nuiam precisam incluir parceiros que ofereçam encontros, grupos de discussão, além dos atendimentos já proporcionados (ROBERTSON; GOTTSCHALK e WHEELER, 2024).

Nos produtos, a par dos apresentados, foi salientado que o atendimento multidisciplinar humaniza o ambiente policial e o registro da ocorrência de forma a promover um vínculo de confiança entre a mulher e a delegacia, melhorando a prestação do serviço da polícia. Outrossim, o atendimento integrado favorece o acompanhamento de casos graves na medida em que a assistida ao ser acolhida tende a manter contato novamente com a delegacia em caso de necessidade, em especial nos casos de descumprimento de medidas protetivas, o que pode promover o aumento no número de prisões.

Quanto aos resultados de curto, médio e longo prazos, foram ressaltadas a qualificação de policiais e colaboradores a partir das ações propostas; a redução de danos psicológicos e patrimoniais das mulheres atendidas (THURSTON; POTVIN, 2003), tendo em vista a validação do sofrimento pelo atendimento multidisciplinar e policial, o que consequentemente tende a diminuir doenças relacionadas à saúde mental; e a construção de uma polícia cidadã.

Quanto ao rompimento do ciclo da violência, impacto esperado do programa, concluiu-se que, como cada caso é único, ainda que sejam desenvolvidas ações por parte da polícia e do Nuiam, os resultados dependerão de vários fatores e, dessa forma, não existe o controle por parte da equipe quanto aos impactos da intervenção realizada (ROBERTSON; GOTTSCHALK e WHEELER, 2024). Consequentemente, a Deam e o núcleo devem estar sempre receptivos às mulheres que buscam ajuda.

Quanto aos fatores de contexto foram acrescidas as mudanças institucionais abruptas, que não possibilitam uma transição e continuidade dos trabalhos; a falta de oferecimento do serviço pelo

plantão, em especial policiais voluntários que não conhecem o Nuiam e não ofertam o atendimento pelo núcleo; a falta de uma política de gênero adotada pela instituição para orientar policiais e colaboradores; a ausência de avaliação e monitoramento do Nuiam; a falta de parceiros em especial, assistentes sociais.

Em relação aos fatores positivos, indicou-se a possibilidade de atendimento presencial ou on-line; o engajamento dos colaboradores e policiais que atuam no núcleo (SOUZA, *et al.*, 2023); o bom atendimento ofertado pelo Nuiam; e a possibilidade do Nuiam funcionar como força motriz para transformar a polícia em instituição de referência no atendimento ao público e à violência doméstica.

A gestora local do núcleo e a coordenadora do programa não puderam ficar até o final da oficina em razão de compromissos institucionais. Nesse aspecto, como foram apontadas falhas e sugestões pelos participantes que podem promover melhorias no núcleo e para propiciar o acesso às gestoras todos os documentos produzidos foram repassados, em especial as respostas obtidas.

A partir dos resultados foi possível apresentar uma proposta de teoria do programa, ou seja, as premissas teóricas que explicam como as ações executadas no núcleo conduzem aos produtos gerados e aos resultados esperados para os beneficiários do Nuiam (THURSTON; POTVIN, 2003; ROBERTSON; GOTTSCHALK; WHEELER, 2024). A construção dessa teoria permitiu articular de maneira lógica os elos entre insumos, atividades, produtos e resultados, conferindo coerência interna ao modelo e estabelecendo um percurso congruente verificável.

Nesse diapasão, restou evidente que, uma vez garantida a presença de recursos humanos qualificados — especialmente no que se refere à adoção de diretrizes teóricas e metodológicas claras para o trabalho de policiais e colaboradores —, além de uma infraestrutura física compatível com as necessidades do núcleo, as atividades previstas nas três dimensões da matriz poderão produzir os produtos esperados (FRANCIS *et al*., 2025). Nesse aspecto, salutar a capacitação de todos os envolvidos no núcleo para que os achados da primeira fase da pesquisa possam ser minimizados enquanto fatores de contexto que prejudiquem os atendimentos do Nuiam.

A clareza conceitual da teoria do programa e a adequação estrutural do ambiente de implementação são condições críticas para a geração de produtos consistentes e, consequentemente, para o alcance dos resultados pretendidos. Contudo, ao analisar os resultados esboçados na matriz do modelo lógico, observa-se uma limitação no sentido de não ser possível afirmar que esses resultados e impactos serão efetivamente alcançados, dado que sua aferição depende do monitoramento contínuo e da criação de ferramentas específicas para mensuração, ambos ainda inexistentes. Apesar disso, há forte plausibilidade na relação entre os produtos que podem ser alcançados e os efeitos desejados (ROBERTSON; GOTTSCHALK; WHEELER, 2024).

Embora exista essa coerência na relação causal entre os elementos do modelo lógico, é fato que, ao comparar a matriz com a realidade, percebem-se dificuldades em mensurar os resultados e impactos esperados do projeto (ROBERTSON; GOTTSCHALK; WHEELER, 2024). Em especial, no que se refere à contribuição para o rompimento do ciclo da violência e a redução dos registros de ocorrência, a complexidade da violência doméstica e a dificuldade de isolar as conclusões do programa dos fatores de contexto já descritos ao longo deste estudo e que podem influenciar nos resultados descritos são limitações que devem ser reconhecidas (WATTS; WASHINGTON, 2016).

A promoção da cultura e da valorização do atendimento integrado na PCDF e a ampliação da rede de parceiros são impactos que podem ser mensurados a partir do monitoramento continuado dos núcleos e da criação de estratégias de avaliação (ROBERTSON; GOTTSCHALK e WHEELER, 2024). Como ponto de partida, sugere-se a construção de formulários a serem respondidos pelos parceiros, no caso dos estagiários, após o semestre, e pelos coordenadores, em reunião anual de alinhamento. Os questionários teriam por escopo avaliar a satisfação e relação com a polícia, o aprendizado após a passagem pelo núcleo, as sugestões e o sentimento de pertencimento ao projeto e dessa forma propor melhorias ao programa.

Na mesma lógica, ouvir as mulheres atendidas tanto após o acolhimento como em acompanhamento de seguimento é essencial para compreender o que esperam do núcleo, o que estão dispostas a fazer e as dificuldades encontradas na busca por ajuda, de maneira que essas experiências possam ser utilizadas para redefinir os fluxos de atendimento, os encaminhamentos, a atualização de documentos e o direcionamento do Nuiam (PASINATO, 2015).

Ademais, entrevistas com as mulheres atendidas terão o condão de compreender se as demandas apresentadas foram devidamente encaminhadas e atendidas e se houve aumento do nível de informação dessas mulheres quanto aos diretos previstos e a existência da rede de atendimento, além de ser possível mensurar se o acolhimento de fato reduziu os danos psicológicos e patrimoniais oriundos de uma relação abusiva.

O acompanhamento pós-atendimento pode ser implementado em parceria com as instituições que já integram o projeto, inclusive em nível de extensão, de forma a criar uma sistemática de acompanhamento quinzenal para estabelecer um relacionamento proativo com as mulheres assistidas. Após o contato inicial no núcleo já se estabeleceria a relação de confiança para a obtenção de outras informações, como se a mulher compareceu ao órgão ou parceiro indicado no encaminhamento, se houve recrudescimento da violência após o registro, como foi o atendimento realizado pela delegacia, dentre outros dados relevantes aptos a desencadear outras ações por parte da polícia.

Como visto, o enfrentamento à violência doméstica requer ações em múltiplas dimensões, tanto para auxiliar a mulher a reconhecer a situação vivenciada e suas consequências desfavoráveis, como para fornecer apoio, informação e autonomia para a tomada de decisão (SOARES; LOPES, 2018), processo em que o acompanhamento de seguimento é essencial.

CONCLUSÃO

A partir dos achados é fundamental definir diretrizes teóricas e metodológicas do núcleo em conjunto com as entidades colaboradoras. Essas diretrizes devem estabelecer abordagens comuns acerca da violência doméstica, considerando gênero, raça/cor, classe social e orientação sexual, sendo que tais princípios norteadores devem estar claramente refletidos nos documentos do projeto.

Policiais e colaboradores reconhecem a existência de um fluxo de documentos e encaminhamentos. No entanto, ainda há demandas não direcionadas, o que evidencia a necessidade de ampliação dos serviços do NUIAM. Em especial, é central fortalecer a articulação com outras entidades não governamentais, garantindo suporte e assistência para mulheres que já contam com atendimento jurídico e psicológico privado, de forma a manter as assistidas próximas à rede de proteção.

O emprego do modelo lógico possibilitou mapear os recursos (*inputs*) investidos no Nuiam, e que tendem a impactar nos produtos apresentados. Além disso, ajudou os envolvidos a compreenderem o problema central que se pretende resolver, os objetivos alcançáveis e os desafios existentes para atingir os resultados pretendidos. Como se tratou de um estudo de avaliabilidade, não se abarcou a efetividade do núcleo, o que deve ser investigado em estudo futuro, mas foi possível identificar a lógica do programa o que permite ajustes no projeto para a consecução dos impactos almejados.

O Nuiam demonstra grande potencial para aprimorar o atendimento às mulheres, não apenas no contexto da violência doméstica, mas também como modelo de boas práticas no atendimento ao público pela PCDF. Sua estrutura e metodologia podem servir de referência para a melhoria dos serviços prestados à população.

O uso de metodologia participativa possibilitou o acesso às informações e aos dados pelos *stakeholders* que integram o programa, propiciando o controle social na avaliação realizada, o que certamente aprimorou o conhecimento sobre o Nuiam e os principais elementos da política. Ademais, ao incorporar a dimensão de gênero nas abordagens, métodos e processos de avaliação, a presente pesquisa buscou fortalecer o compromisso pelo empoderamento das mulheres e confirmar que a integração entre atores públicos e privados pode contribuir para a melhoria do serviço prestado pela PCDF.

Por fim, considerando as limitações desta pesquisa, como a impossibilidade de se aferir por ora os resultados e impactos, recomenda-se a criação de instrumentos para mensurá-los, em especial instituir em parceria com a sociedade civil o pós-atendimento como fator determinante para a efetividade do programa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. M.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B. "Mudanças históricas na rede intersetorial de serviços voltados à violência contra a mulher – São Paulo, Brasil". **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, vol. 24, 2020.

ALBUQUERQUE NETTO, L. A. *et al*. "As redes sociais de apoio às mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo". **Texto e Contexto – Enfermagem**, vol. 26, n. 2, 2017.

ARAMIDE, K.; JACOB, U. S.; PILLAY, J. "Conceptualisation and contextualisation of mixed-methods research: a review". **Research in Social Sciences and Technology**, vol. 8, n. 4, 2023.

AROMATICA, D.; ARIANY, R.; ALIFYA, F. "Evaluation of pandawa innovation with logic model perspective at the population and civil registration office of west pasaman district". **Jurnal Administrasi dan Kebijakan Publik**, vol. 9, n. 1, 2024.

BANDEIRA, L. M. "Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação". **Sociedade e Estado**, vol. 29, n. 2, 2014.

BARAGATTI, D. Y. *et al*. "Rota crítica de mulheres em situação de violência por parceiro íntimo". **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, vol. 26, 2018.

BARATIERI, T. *et al*. "Aplicação do estudo de avaliabilidade na área de saúde: uma revisão integrativa". **Saúde em Debate**, vol. 43, n. 120, 2019.

BARATIERI, T.; NATAL, S.; HARTZ, Z. M. A. "Cuidado pós-parto às mulheres na atenção primária: construção de um modelo avaliativo". **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 36, n. 7, 2020.

BECKER-VIEIRA, L. *et al*. "Necessidades assistenciais de mulheres que denunciam na delegacia de polícia a vivência da violência". **Aquichan**, vol. 13, n. 2, 2013.

BUENO, S.; LIMA, R. S. (coords.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Brasília: FBSP, 2023.

CASSIOLATO, M.; GUERESI, S. **Como elaborar modelo lógico**: roteiro para formular programas e organizar avaliação. Brasília: Ipea, 2010.

COUTO, V. A. *et al*. "Intersetorialidade e ações de combate à violência contra a mulher". **Revista Estudos Feministas**, vol. 26, n. 2, 2018.

EASTERLING, D. *et al*. "Participatory logic modeling in a multi-site initiative to advance implementation science". **Implementation Science Communications**, vol. 4, n. 106, 2023.

FRANCIS, D. *et al*. "A systematic review on the use of logic models and frameworks for methodological conduxt of evidence synthesis". **Journal of Clinical Epidemiology**, n. 177, 2025.

HOEPERS, A. D.; TOMANIK, E. A. "(Co)construindo sentidos: o grupo como dispositivo de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres". **Psicologia e Sociedade**, vol. 31, 2019.

KÜCHEMANN, B. A.; BANDEIRA, L. M.; ALMEIDA, T. M. C. "A categoria gênero nas Ciências Sociais e sua interdisciplinaridade". **Revista do CEAM – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares**, vol. 3, n. 1, 2015.

LEMOS, M. P. K.; LUIZA, V. L. "Política de práticas integrativas em saúde do DF-Brasil: estudo de avaliabilidade". **Saúde em Debate**, vol. 47, n. 137, 2023.

LISBOA, T. K.; ZUCCO, L. P. "Os 15 anos da Lei Maria da Penha". **Revista Estudos Feministas**, vol. 30, n. 2, 2022.

LORENZO, R. A.; LINS, B. A. "The act of listening to "battered" women: an ethnographic comparison of police and emergency responses in São Paulo, Brazil". **Latin American Research Review**, vol. 53, n. 1, 2018.

MCLAUGHLIN, J. A.; JORDAN, G. B. "Using logic models". *In*: WHOLEY, J. S.; HATRY, H. P.; NEWCOMER, K. E. (orgs.). **Handbook of practical program evaluation**. São Francisco: Josey-Bass, 2010.

MERLE, J. *et al*. "Refining the implementation reserarch logic model: a Citation analysis, user survey, and scoping review protocol". **Frontiers in Health Services**, vol. 4, 2024.

MESERVE, A.; MENSAH, G, (2018). Evaluability assessment: a step model. **Public Health Ontario**, abr. 2025.

MONTSERRAT, S. R. **La ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina**: estudios de caso en diez países. Washington: Pan American Helth Organizacion, 2000.

NOVO-CORTI, I.; VARELA-CANDAMIO, L.; CIDONCHA-GÓMEZ, M. A. "Los recursos de la administración pública para combatir la violencia de género: la importancia de los centros de información a la mujer (CIM)". **Atlantic Review of Economics**, vol. 2, 2017.

OLIVEIRA, M. P. C. A. *et al*. "Avaliação do programa descolado na prevenção do uso de drogas no contexto escolar". **Saúde em Debate**, vol. 47, n. 136, 2023.

PASINATO, W. "Oito anos de Lei Maria da Penha". **Revista Estudos Feministas**, vol. 23, n. 2, 2015.

PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal. **Portaria n. 35, de 3 de abril de 2020**. Brasília: PCDF, 2020. Disponível em: <www.sinj.df.gov.br>. Acesso em: 22/03/2025.

PUGA, V. L. "Violência de gênero/intolerância". *In*: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Editora da UFGD, 2019.

ROBERTSON, M.; GOTTSCHALK, T.; WHEELER, J. "The carl library impact framework: a logic model approch to impact assessment for research libraries". **Partnership**, vol. 18, n. 2, 2024.

ROCHA, B. N. G. A.; UCHOA, S. A. C. “Avaliação da atenção humanizada ao abortamento: um estudo de avaliabilidade”. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, vol. 23, n. 1, 2013.

SAL, V. **Diccionario ideológico feminista**. Barcelona: Icaria, 2001.

SAMPIERI, H. R.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Editora Penso, 2013.

SANI, A. I.; COELHO, A.; MANITA, C. “Intervenções em situações de violência doméstica: atitudes e crenças de policiais”. **Psychology, Community and Health**, vol. 7, n. 1, 2018.

SANI, A. O.; MORAIS, C. “A polícia no apoio às vítimas de violência doméstica: estudo exploratório com polícias e vítimas”. **Direito e Democracia**, vol. 16, n. 1, 2015.

SANTOS, C. M. “Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo”. **Revista Estudos Feministas**, vol. 23, n. 2, 2015.

SANTOS, C. M. “Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil”. **Centro de Estudos Sociais Laboratório Associado**, n. 301, 2008.

SAPKOTA, S. *et al*. “Participatory policy analysis in health policy and systems research: reflections from a study in Nepal”. **Health Research Policy and Systems**, vol. 22, n. 7, 2024.

SILVA, G. S. *et al*. “Redes de atenção às urgências e emergências: pré-avaliação das unidades de pronto atendimento (Upas) em uma região metropolitana do Brasil”. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, vol. 12, n. 4, 2012.

SOARES, J. S. F.; LOPES, M. J. M. “Experiências de mulheres em situação de violência em busca de atenção no setor de saúde e na rede intersetorial”. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, vol. 22, n. 66, 2018.

SOUZA, F. C. L. *et al*. “Avaliação dos impactos do Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher I/PCDF”. *In*: SOUZA JÚNIOR, C. V. N. *et al*. (org.). **Gestão pública contemporânea**: desafios e práticas inovadoras. Brasília: Sergipe Soluções Gráficas, 2023.

SOUZA, L. D.; CORTEZ, M. B. “A delegacia da mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso”. **Revista de Administração**, vol. 48, n. 3, 2014.

SOUZA, M. B.; SILVA, M. F. “Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura brasileira”. **Pensando Família**, vol. 23, n. 1, 2019.

SOUZA, T. M. C.; SANTANA, F. R. M.; MARTINS, T. F. “Violência contra a mulher, polícia civil e políticas públicas”. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, vol. 13, n. 4, 2018.

TAVARES, M. S. “Roda de conversa entre mulheres: denúncias sobre a lei maria da penha e descrença na justiça”. **Revista de Estudos Feministas**, vol. 23, n. 2, 2015.

TEMITOPE, T. “Investigating innovative models of governance and collaboration for effective public administration in a multi-stakeholder landscape”. **International Journal Papier Public Review**, vol. 4.n. 2, 2023.

THURSTON, W. E.; POTVIN, L. “Evaluability assessment: a tool for incorporating evaluation in social change programmes”. **Evaluation**, vol. 9, n. 4, 2003.

THURSTON, W. E.; RAMALIU, A. “Evaluability assessment of a survivors of torture program: lessons learned”. **The Canadian Journal of Program Evaluation**, vol. 20, n. 2, 2005.

UN WOMEN. **How to manage gender responsive evaluation**: evaluation handbook. New York: United Nations Women, 2015. Disponível em: <www.unwomen.org>. Acesso em: 12/02/2025.

UNICEF. **Evaluability Assessment**: Unicef pacific investiments in technology for development. New York: Unicef, 2022. Disponível em: <www.unicef.org>. Acesso em: 12/02/2025.

VEIGA, A. M.; PEDRO, J. M. “Gênero”. *In*: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Editora da UFGD, 2019.

VIEIRA, E. M.; HASSE, M. “Percepções dos profissionais de uma rede intersetorial sobre o atendimento a mulheres em situação de violência”. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, vol. 21, n. 60, 2017.

WATTS, B. R.; WASHINGTON, H. M. “Adaptation and use of a five-task model for evaluability assessment”. **Journal of Multidisciplinary Evaluation**, vol. 12, n. 27, 2016.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VII | Volume 22 | Nº 64 | Boa Vista|2025

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima